



Autor
Claudio Madureira

**FUNDAMENTOS DO
NOVO PROCESSO CIVIL
BRASILEIRO**
O processo civil do
formalismo-valorativo

Área específica
Direito Processual Civil.

Áreas afins
Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Público-alvo/consumidores
Juízes, Promotores, Procuradores,
Advogados, Estudantes de Direito da graduação
e da pós-graduação.

Este livro tem por objetivo descrever, em suas linhas gerais, o modelo de processo concebido pelo CPC-2015. Em seu corpo, procuro induzir a compreensão de que o legislador elegeu a contenção da litigiosidade como tecnologia adequada à promoção de um acesso adequado à justiça, que passa pela amplificação da noção de contraditório, pela recepção da teoria dos precedentes pelo Direito Brasileiro e pelo surgimento de uma nova metódica para a fundamentação jurídica; o que conduz à qualificação do Novo Processo Civil Brasileiro como um processo das partes e para as partes, de feição marcadamente cooperativa e comprometido com o convencimento do jurisdicionado de que as decisões proferidas em seu corpo configuram uma justa aplicação do Direito, e promove uma contundente redefinição dos papéis desempenhados pelo juiz e pelas partes no curso do processo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001099

M184f

Madureira, Claudio

Fundamentos do novo Processo Civil Brasileiro: o processo civil do formalismo-valorativo/Claudio Madureira.– Belo Horizonte : Fórum, 2017. Coleção Fórum ANAPE. v. 2.

293 p.

ISBN 978-85-450-0211-6

1. Direito Processual Civil. 2. Direito Constitucional. 3 Direito Administrativo. I. Título.

CDD: 341.46

CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MADUREIRA, Claudio. Fundamentos do novo Processo Civil Brasileiro: o processo civil do formalismovalorativo. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 293 p. Coleção Fórum ANAPE. v. 2. ISBN 978-85-450-0211-6.

SUMÁRIO

Introdução.....	17
CAPÍTULO I	
A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA PROCESSUAL E O MOMENTO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	21
1.1 Notas sobre a teoria da instrumentalidade do processo	25
1.1.1 A jurisdição como elemento central da teoria do processo	26
1.1.2 A relativização do binômio direito-processo	27
1.2 O formalismo-valorativo como alternativa ao instrumentalismo	29
1.2.1 A qualificação do processo como um direito fundamental do cidadão	33
1.2.2 A identificação do processo como ambiente de “criação” do Direito.....	35
1.2.2.1 Notas sobre a reconstrução do direito positivo pelos intérpretes no contexto da sua aplicação aos casos concretos	36
1.2.2.2 Cerne da cizânia entre o instrumentalismo e o formalismo-valorativo quanto aos contornos da atividade cognitiva desenvolvida pelos intérpretes no campo da aplicação do Direito	50
1.2.3 A atribuição ao processo de uma posição central na Teoria	54
1.3 O Código de Processo Civil de 2015 e a inauguração de uma nova fase metodológica no Direito Processual Civil Brasileiro	58
1.4 Processo civil do formalismo-valorativo ou “processo civil no Estado Constitucional”?	64
CAPÍTULO 2	
LINHAS GERAIS DO MODELO DE PROCESSO CONCEBIDO PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	73
2.1 A circunscrição dos litígios a simples divergência havida entre autor e réu acerca de como deve se dar aplicação do Direito no caso concreto	75
2.2 Decisões judiciais de mérito versus autocomposição: balizas para a configuração de um novo modelo processo	78
2.2.1 O problema relativo à ausência de congruência entre a decisão jurídica prolatada e o que foi deduzido no processo	79
2.2.2 O problema do tempo no processo	82

2.3 A consolidação de um Tribunal Multiportas e a abertura do Processo Civil Brasileiro à autocomposição	85
2.4 Desenho geral do Novo Processo Civil Brasileiro	97

CAPÍTULO 3

A CONTENÇÃO DA LITIGIOSIDADE COMO TECNOLOGIA ADEQUADA À PROMOÇÃO DE UM ACESSO ADEQUADO À JUSTIÇA	107
3.1 A amplificação da noção de contraditório	109
3.1.1 Dispositivos processuais relativos à matéria	109
3.1.2 Sobre a constitucionalidade da vinculação dos julgadores ao enfrentamento das razões deduzidas pelas partes no curso do processo	112
3.1.3 A eliminação do livre convencimento e seus impactos sobre o problema da morosidade da justiça	114
3.2 A recepção da teoria dos precedentes pelo Direito Brasileiro ..	124
3.2.1 Dispositivos processuais relativos à matéria	129
3.2.2 Sobre a constitucionalidade da vinculação dos julgadores a precedentes judiciais	139
3.2.2.1 Inexistência de contrariedade ao princípio democrático ...	141
3.2.2.2 Inexistência de contrariedade aos princípios da legalidade e da separação de poderes	151
3.2.2.3 Distinção substancial entre a eficácia das súmulas vinculantes editadas com fundamento na Constituição e a vinculatividade das súmulas não vinculantes que assumem a forma de precedentes ..	152
3.2.2.4 Razões de ordem constitucional que justificam a vinculatividade dos precedentes: os precedentes na dimensão da igualdade e da segurança jurídica	153
3.2.3 Especificidades do modelo de precedentes adotado pelo Direito Brasileiro	158
3.2.3.1 Vinculação horizontal e vertical dos precedentes	159
3.2.3.2 Quais decisões vinculam e quais não vinculam?	162
3.2.3.3 O que são precedentes?	168
3.2.3.4 Como aplicar precedentes?	172
3.3 O surgimento de uma nova metódica para a fundamentação jurídica	177
3.3.1 Vícios de fundamentação que nulificam as decisões/sentenças/acórdãos proferidos nos processos judiciais	177
3.3.1.1 Inobservância dos pressupostos mínimos necessários à veiculação do discurso jurídico	178
3.3.1.2 Ausência de enfrentamento das razões deduzidas pelas partes processuais	181
3.3.1.3 Aplicação inadequada da teoria dos precedentes	182
3.3.2 Influência do parágrafo 1º do artigo 689 do Código de Processo Civil de 2015 na atuação das partes processuais	184

CAPÍTULO 4

A REDEFINIÇÃO DOS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELO JUIZ E PELAS PARTES NO CURSO DO PROCESSO	189
4.1 O papel do juiz no processo	197
4.2 O papel das partes no processo	207

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DOS ADVOGADOS E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL PARA O SUCESSO DO MODELO DE PROCESSO CONCEBIDO PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	213
5.1 Sobre a existência de vedação legal a que os advogados postulem contrariamente ao Direito	214
5.2 Sobre a imposição do legislador a que os atores processuais se comportem de acordo com a boa-fé	223
5.3 O papel dos advogados e da Ordem dos Advogados do Brasil na contenção da litigiosidade no processo	227

CAPÍTULO 6

A SITUAÇÃO PECULIAR DOS MEMBROS DA ADVOCACIA PÚBLICA, DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	231
6.1 Elementos jurídico-normativos que orientam a atuação dos advogados da Fazenda Pública frente ao Novo Processo Civil Brasileiro	232
6.1.1 O regime jurídico administrativo e a vinculação dos agentes estatais ao Direito	235
6.1.2 Reflexos do regime jurídico-administrativo sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo	241
6.1.3 Fundamento constitucional para a disposição sobre direitos e interesses deduzidos pela Fazenda Pública em contrariedade ao Direito	251
6.2 Elementos jurídico-normativos que orientam a atuação dos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público frente ao Novo Processo Civil Brasileiro	254
6.2.1 Sobre a coincidência na origem histórica da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e do Ministério Público	255
6.2.2 Sobre a vinculação dos integrantes da Defensoria Pública e do Ministério Público ao Direito	274
À GUIA DE CONCLUSÃO: PROCESSO CIVIL DO FORMALISMO-VALORATIVO?	277
Referências	283